

UMA TEOLOGIA DA RECEPÇÃO? OS CENSORES (EM DESACORDO) CONTRA A SUPERSTIÇÃO, PORTUGAL 1770-1771 *

RUI TAVARES **

1. Implícito / explícito

O trabalho do censor sempre lidou com o poder das palavras, sob múltiplas fisionomias – poder de persuadir, de argumentar, de desviar, de transportar vários sentidos ao mesmo tempo, etc. Mas só raramente teve de se deter diante dos poderes “físicos” (ou “mágicos”, como talvez lhes chamaríamos hoje) das palavras; um tipo de poder que levantava questões inesperadas. Poderão as palavras escritas ou faladas deter efeitos sobre fenómenos físicos tais como terremotos, fogos e tempestades? Alguns livrinhos impressos, que era hábito usar como amuletos, defendiam que era de facto possível:

“...Esta Oração ensinou Sancta Barbara a huma devota sua, e o Papa Urbano a mandou ao Bispo de Cochim D. Miguel Rangel, que a levou comsigo á sepultura; e deu vida a muitas pessoas. Tem especial virtude

* Este texto tem a sua origem numa palestra apresentada no colóquio da Society for Spanish and Portuguese Historical Studies (Santa Fé, EUA, Abril 2001), depois retomada no *I Colóquio Sobre o Livro e a Imagem*, em Ouro Preto, Brasil (Outubro 2001), em cujas actas (coord. Guiomar de Grammont e Myriam Bahia Lopes, Ouro Preto, UFOP, no prelo) será também publicada uma versão resumida do texto que aqui se apresenta. Roger Chartier (e, posteriormente, Judy Bieber) fizeram extensos comentários a uma primeira versão deste texto, e devo outras sugestões valiosas a André Belo, Ângela Barreto Xavier, Carla Faria Araújo e Júnia Ferreira Furtado. Christiane Machado Coelho leu a versão final e corrigiu-lhe diversos defeitos, ao passo que muitos outros, esses da minha responsabilidade, terão ficado. A todos quero agradecer.

** Doutorando da École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris).

contra os trovoens, raios, peste, e ar corrupto. Succedeo matar hum rayo a huma pessoa, que não trazia esta Oração, não fazendo mal algum a vinte, e tantas, que comsigo a trazião, estando no mesmo lugar ¹”.

Por vezes afirmavam ainda deterem poderes contra o contágio de determinadas doenças, ou conseguirem para o seu portador a isenção de morte súbita; dependendo tais efeitos de determinados critérios de utilização:

“Adevertencia: Deste Compendio de Orações devem todos os Fieis Christãos fazer uso não sómente em rezallas, mas ainda mesmo em trazellas comsigo; e muito especialmente as Pessoas, que não sabem ler; que a estas lhes valem, trazendo-as comsigo, e tendo quem lhas leia para as ir rezando; e quando isso lhes falte, rezando os Padre-Nossos (...) ²”

Luís de Monte Carmelo, deputado da Real Mesa Censória ³, defendia que tudo isto era impossível: as palavras ditas, para este censor, não eram

¹ Lisboa, Arquivos Nacionais / Torre do Tombo (daqui em diante AN/TT), Real Mesa Censória [RMC], cx. 405, doc. 6847: *Exercitium devotum, tal pro preparatione Sacerdotis ad Missam celebrandam, quam pro gratiarum Actionem post Missam celebratam; tul ex missali romano, tum ex altis collectum, cum verbis sanctissimis, & hymno B. Barbaræ V. & M. contra fulgura, tempestates, et terræmotus*. Opera, & industria Emmanuelis dos Sanctos Teixeira., Conimbricæ., Ex Typ. In Regali Artium Collegio Societ. JESU, Anno Dni. 1752. Cum superiorum paco.

² Lisboa, AN/TT, Real Mesa Censória, cx. 405 doc. 6844b: *Compendio de orações contra o mal da Peste, e Mortes repentinas, Males contagiosos, e o Mal de Sezões, offerecido a todos os Fieis Christãos, que com o uso destas Orações quizerem alcançar de Deos Nosso Senhor o serem livres destes terríveis males. Por hum Devoto*. Lisboa, Impressam Regia, 1809. Trata-se de uma reedição de um livro de que existem várias versões ao longo do século XVIII e inícios do XIX.

³ A Real Mesa Censória foi fundada por lei de 5 de Abril de 1768, durante o reinado de D. José I e consulado do Marquês de Pombal, então ainda Conde de Oeiras. Segundo o seu Regimento (de 18 de maio do mesmo ano), a nova instituição deveria guardar jurisdição exclusiva e privativa sobre todos os papéis impressos no reino, e ainda sobre outro tipo de formatos, como peças de teatro e conclusões académicas. A instituição da Real Mesa Censória representou a abolição de facto do regime de censura que vigorara durante mais de dois séculos, e que por vezes se chama de “tripartido” por obrigar as obras impressas a fazerem-se acompanhar de três licenças, conseguidas através das censuras da Inquisição, do Desembargo do Paço e do bispado local (censura do Ordinário). Para mais pormenores, ver Rui Tavares, *O Labirinto Censório. A Real Mesa Censória sob Pombal (1768-1777)*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, tese de mestrado, 1998; e Maria Adelaide Salvador Marques, *A Real Mesa Censória e a cultura nacional: aspectos da geografia cultural portuguesa no século XVIII*, Coimbra, Imprensa Universitária, 1963; cf. também Manuela D. Domingos, “Para a história da biblioteca da Real Mesa Censória”, *Revista da Biblioteca Nacional* [Lisboa], série 2, vol. 7.

mais do que “hum movimento tremulo e vibratorio do ar, impellido dearticuladamente pela Língua e outras partes da boca”; as palavras escritas mera “tinta delineada, e impressa no papel”. Quanto aos significados das palavras, não passavam de “hum denominação totalmente extrinseca, com que livremente deputarão os homes esta ou aquella voz para excitar a idea ou conhecimento de objectos determinados”. Como consequência, explicava Monte Carmelo, as palavras “carecem de virtude fisica, ou natural actividade para produzir os effeitos, que promettem os mesmos Livros”⁴.

Havia contudo outros censores que discordavam de Monte Carmelo, buscando uma terceira via que pudesse reconciliar estas diferenças. Argumentavam que as palavras possuem efectivamente poderes físicos, se bem que de uma natureza indirecta. O elo que possibilitaria a eficiência destes poderes seria a existência de leitores de esferas superiores ou inferiores, celestiais ou infernais (demónios, anjos, santos, e, em última análise, Deus) que interpretariam as palavras à sua maneira e que interfeririam então com os fenómenos físicos.

Tentarei descrever em detalhe esta polémica entre censores, e recuperar algumas das questões implícitas que ela nos coloca sobre a natureza da censura: quais são os limites do trabalho do censor? Podem julgar-se os livros apenas a partir dos seus conteúdos, independentemente dos usos que se lhes dá? Será que um livro continua a ser um livro, mesmo quando não é lido? E, finalmente: como se pode deter poder sobre os poderes das palavras?

Foram estas as complicadas questões que ocuparam os deputados da Real Mesa Censória por diversas vezes nos anos de 1770-71 a propósito de livros e amuletos, e em muitas outras ocasiões ainda, pois mesmo quando não as tratavam directamente elas constituíam as fronteiras da jurisdição e das ambições da censura. Como tal, elas serão também as nossas questões, balizadas como vimos por dois termos: o primeiro claramente a censura; o segundo, a superstição⁵. Mas devo aqui deixar claro

⁴ Lisboa, AN/TT, Real Mesa Censória, cx. 6, 1770, doc. 109.

⁵ Na verdade, poder-se-ia dizer que é de religiosidade popular que se trata, mas além de essa ser uma categoria de circunscrição complicada, prefiro ater-me àquilo que preocupava primeiramente aos censores; e aquilo de que os censores andam atrás é da superstição. Veremos adiante, aliás, que não existe entre os censores discordância a respeito da inadmissibilidade da superstição. As suas discordâncias centram-se em que objectos devem ou não ser incluídos nessa categoria. Esforçar-me-ei, portanto, para restringir-me a categorias endógenas, usando tanto quanto possível os termos dos censores.

que as minhas prioridades se colocam no primeiro e não no segundo termo. O que principalmente me interessa é a censura – só que, como a censura se exerce sempre sobre qualquer coisa, ter-se-á inevitavelmente que considerar essa qualquer coisa sobre que a censura se exerce, mesmo quando as preocupações essenciais do historiador gravitam mais à volta da análise em si do que da coisa que é analisada. Em consequência, o tema das páginas seguintes não será a superstição no Portugal do século XVIII, mas antes a superstição tal como foi vista por alguns censores portugueses do século XVIII e, em última análise, sobre a censura em processo sobre um caso de putativa superstição.

Mas para ser completamente sincero, devo reconhecer que o caso da superstição subverte parcialmente esta minha abordagem da censura. É que a superstição nos alicia a falar não apenas do poder que se exerce *sobre as* palavras (i.e., a censura) mas também e muito particularmente do poder que emerge *das* palavras. Dito isto, é evidente que os censores sempre tiveram de lidar com o poder das palavras e que isso está no cerne do seu trabalho. Mas ao encarar a superstição, a censura é forçada a lidar com um outro poder das palavras, um tipo de poder mais tangível e ainda menos antecipável, um poder que não se circunscreve à esfera da leitura e da interpretação mas que transborda para o campo a que hoje chamaríamos “mágico” e que veremos ser descrito de forma bem mais evocativa e rigorosa como as “virtudes físicas” das palavras, das vozes e dos caracteres. Como veremos adiante, isto levou os deputados da Real Mesa Censória a ter de colocar – e tentar responder a – algumas perguntas complexas sobre os poderes das palavras fora da sua esfera mais habitual (já de si bastante traiçoeira) da discursividade e da interpretação. Podem as palavras, escritas ou ditas, deter uma tempestade? Apagar um fogo? Isentar alguém de morte súbita?

Se considerarmos questões como estas, por hipotéticas ou irreais que nos pareçam, teremos também de conceder que o poder *das* palavras se possa virar contra aqueles que supostamente detêm o poder *sobre as* palavras. Em princípio (quero dizer, nos princípios legislativos que regiam a prática dos censores, bem como na doutrina implícita que tal prática revela) a esfera da censura é mais ampla do que qualquer outra no domínio dos livros. É suposto que a censura contenha (no duplo sentido de abarcar e também de deter ou impedir) todas as restantes esferas discursivas. Mas se as palavras, tal como são usadas nos modos supersticiosos, podem deter efeitos sobre o mundo físico e extra-discursivo, então talvez o círculo da censura não seja, no fim de contas, tão universal – tão “católico” – como previsto.

Que as palavras precedam hierarquicamente, na hierarquia física da natureza, os humanos, reinando sobre eles e certamente sobre os censores também, ao invés de serem os censores a reinar sobre as palavras, subverteria o trabalho dos censores. Esta possibilidade condiciona por sua vez o trabalho de alguém que, hoje, estuda a censura, porque coloca uma insidiosa questão que desanima os propósitos do próprio processo censório. A discussão de hoje (e a de ontem) será sobre que círculo contém o outro – se o da censura, ou seja, o do poder político sobre as palavras; se o da superstição, ou seja, o do poder das palavras sobre o mundo físico.

É pois fácil de ver como, ao colocarem-se pela primeira vez as questões de que falava acima (as palavras podem apagar fogos ou impedir a ocorrência de terremotos?) a tentativa de lhes dar resposta tenha levado aos censores (e a nós) muito longe e em direcções inesperadas. Estas perguntas revelar-se-iam cruciais para o seu próprio trabalho, talvez mais cruciais do que eles próprios poderiam prever quando tudo começou, com a simples aprovação de um pequeníssimo livro de orações chamado *Breve santíssimo de Marca contra feitiços e infestos do demónio*, que degenerou numa polémica que lavrou dentro da instituição durante um período considerável.

Mesmo se tais polémicas representam somente uma pequena parte, quantitativamente falando, da produção da Real Mesa Censória (a ideia de discordância é conotada de forma fortemente negativa pelas próprias palavras dos censores e a aparência de desacordo é evitada a todo o transe no interior da instituição), creio que merecem toda a nossa atenção. É quando os censores se distraem com controvérsias no interior da sua casa que melhor se identificam nos seus textos representações implícitas ou explícitas sobre o seu próprio trabalho enquanto censores. Poderemos então ver emergir visões conflituais, do interior da censura, sobre a sua própria natureza.

2. Verdadeiro / falso

Em Outubro de 1770, Luís do Monte Carmelo – um censor, gramático e académico, frade da Ordem dos Carmelitas descalços – entregou na Real Mesa Censória uma censura sobre um livrinho chamado *Breve santíssima de Marca contra feitiços e infestos do demónio novamente accrescentado com o escudo impenetrável aos trovoens, raios, peste, e ar corrupto*. O seu trabalho de casa enquanto censor incluía a realização de alguma pesquisa filológica sobre o espécime em consideração. A descrição com que ele inicia a sua censura é também o melhor lugar por onde começar para nos

familiarizarmos com um tipo de objecto que já em 1770-71 tinha origens e características difíceis de identificar:

“(…) mandei dous Religiozos doutos e prudentes ao Convento dos Capuchinhos do Sítio de Sta. Apollonia, que distribuem nesta Corte todos os Breves de Marca, para que perguntassem ao Prelado e mais Religiozos, qual fosse o motivo, a benção, e todas as mais qualidades dos Breves, que costumão distribuir. Respondeo-lhes o Prelado, Religiozo de propecta idade, e virtude, como pareceo, 1º Que havia tempo immemorial que nos seus Conventos de Marca de Ancona, Provincia dos Estado Ecclesiastico, se-costumavão fazer aquelles Breves, nos quaes se-imprimião as palavras dos Exorcismos, de que uzão os Ministros da Igreja, o principio do Evangelho de S. João, que se-lê no fim da Missa e o Responsorio com a Oração de Sto. Antonio, o que logo mostrou abrindo hum: 2º Que outras Provincias da sua Congregação concorrião para a factura destes Breves com alguma cousa das que o Pai he abundante, fazendo huma anticipada solução daquelles Breves que de Marca recebião; porque da Provincia de Hespanha se-remettia ouro e prata; da de Veneza Coral, da de Roma algum pó de Cemeterios, em que se-dizião ser sepultados alguns Martyres (...) 3º Respondeo o sobredito Prelado, que os Breves erão bentos por tres Bispos; mas que elle, e os Religiozos de seu Convento, não sabião, nem tinhão Livro, em que se-incluisse a benção: 4º Que o pó, ou particular, que se-encontravão incluzas no papelinho separado, suponhão elles que erão pedacinhos do Agnus Dei, ou dos ossos que se achavão nos referidos Cemeterios: 5º Que aos ditos Breves se-atribuião admiraveis effeitos, como v.g. a exempção de muitas enfermidades, principalmente das epidemicas; de qualquer perigoza ou mortal percussão de raios, de terremotos, de tempestades, e de vexações do demonio (...)”⁶

Após a apresentação do espécime, a censura de Luís do Monte Carmelo toma uma direcção um pouco insólita. Pois se é relativamente comum que um censor reprove uma obra, já é com alguma estranheza que o vemos declarar que aquela era em particular tão indigna de aprovação

⁶ Luis do Monte Carmelo, *Censura*: “Breve Santissimo da Marca contra feitiços e infestos do Demonio, novamente accrescentado com o Escudo impenetravel aos trovoens, raios, peste, e ar corrupto” (ANTT, RMC, 6, 1770, 109). Seguindo em parte o hábito dos próprios censores, referir-me-ei de forma mais simplificada a este livro como *Breve de Marca*. Utilizarei também neste texto a expressão “breves de Marca”, com ou sem aspas, para me referir a este género de livros globalmente, embora não particularmente àquele que iniciou a polémica.

que ele próprio não conseguia acreditar que algum dos seus colegas tivesse sido capaz de lhe ter concedido licença ⁷. E com maior estranheza ainda o vemos avançar com a, segundo ele, única explicação possível para tal facto, a saber: que o livro, dada a sua pequenez, se tivesse misturado com outros papéis do expediente da Real Mesa e assim tivesse passado sem exame. Vale a pena reproduzir a veemência com que Luís do Monte Carmelo faz questão de deixar registado o seu espanto:

“Eu conheço com evidencia, que faria a mais negra, mais atroz, e inexcuzavel injuria a todos e cada hum dos Senhores Deputados desta Sapientissima e Real Meza, se imaginasse, ainda por sonho, que algum delles vio, e approvou este Livro, paraque fosse reimpresso; peloque inteiramente me-persuado, que pela sua pequenez, ou mistura com outros papeis, ou por outro incidente escapou ao exame. Porquanto prescindindo dos erros Grammaticos (...)” ⁸

Chegado a este ponto, é natural que o leitor se pergunte que motivos, afinal, levaram Luís do Monte Carmelo a tantos e tão cautelosos preliminares? Podemos especular se não terá sido, em primeiro lugar, a intuição de que poderia haver diferença de opiniões no seio da própria instituição, o que talvez explicasse esta singular hipótese que sugere de que o livro pudesse ter sido inadvertidamente aprovado por um capricho da fortuna, ao misturar-se com outros papéis; se adoptarmos um modo céptico na leitura desta passagem, poderemos interpretá-la como uma tática de evasão, uma forma de prever e desviar conflitos entre pares da mesma instituição. Por outro, e independentemente do ponto anterior, a maior parte da explicação terá de ser atribuída à própria substância de tais livros – e logo veremos como para Luís do Monte Carmelo ela é perniciosa e geradora dos piores efeitos, com graves consequências sociais, políticas e religiosas:

⁷ Efectivamente, não se encontra no fundo documental da Real Mesa Censória nenhuma outra censura a livros que tenham por título *Breve de Marca* ou semelhante. Isto não quer dizer que a licença não tenha sido concedida (como o próprio Luís do Monte Carmelo confirma) a 10 de maio de 1770, num procedimento a que a legislação chamava a “conferência simples” ou “verbal”, ou seja, uma decisão sumária que não necessitava da realização de uma censura, e que era normalmente utilizada para impressos de pouca importância ou que já tivessem sido objecto de uma decisão anterior [cf. ANTT, RMC, 6, 1770, 109, f. 1v.].

⁸ Idem. A propósito da identificação e eliminação dos erros gramaticais como fazendo parte das atribuições correntes dos censores, ver Rui Tavares, “A Real Mesa Censória e a demanda de uniformidade”, in *Caminhos do Português* [coord. Maria Helena Mira Mateus]. Lisboa, Biblioteca Nacional, 2001, pp. 119-125.

“(...)todas as cousas, acçoens, ceremonias, e palavras propriamente taes, isto he, proferidas, ou impropriamente taes, isto he, escritas, aindaque sejam proprias das Escrituras Divinas, applicadas para algum effeito, para o qual não tem natural virtude ou intrinseca actividade (...) são certamente invenções de formal, ou material superstição, ou de huma fraudulente [sic] embustice de execrandos avarentos, que illudindo a gente pia e ignorante, intentão satisfazer a seus depravados intentos com gravissimo detrimento espiritual dessa gente muito credula (...)”⁹

Entramos a partir daqui no miolo desta censura, que se estenderá ainda por uma meia-dúzia de fólhos na sua fase mais argumentativa, intrincada e cheia de pormenores interessantes, infelizmente impossíveis de descrever aqui em detalhe. Note-se, todavia, a sequência da argumentação do censor na passagem anterior: a impossibilidade de as palavras deterem poderes sobre o mundo físico implica que a utilização de livros como amuletos seja uma utilização necessariamente supersticiosa; além de supersticiosa, a distribuição e (implicitamente) a venda destes objectos tem graves consequências para a comunidade, uma vez que beneficiará os seus negociantes, eventualmente informados mas certamente sem escrúpulos (os “execrandos avarentos”), às custas das pessoas bem intencionadas mas sem competência intelectual, cabedais de informação ou discernimento suficiente para conhecer a verdade – com as consequências facilmente imagináveis para os laços de confiança que devem sustentar uma sociedade bem ordenada¹⁰. Ou seja, todo este edifício está assente na falsidade da premissa segundo a qual as palavras poderiam deter poderes sobre os fenómenos físicos. Este raciocínio é confirmado pela passagem seguinte, que utilizarei como um sumário da doutrina de Monte Carmelo no que diz respeito aos putativos poderes físicos das palavras.

⁹ Idem.

¹⁰ Pode encontrar-se alguma reflexão sobre o estatuto social e político da confiança na recente (e já extensa) bibliografia sobre o amor como fundamento da ordem nas sociedades de Antigo Regime, reflexão que, do meu ponto de vista, mantém alguma da sua validade no quadro do pombalismo, quanto mais não seja como doutrina adquirida (neste caso) pelos censores. Ver, a este, propósito, a obra de António Manuel Hespanha e também Pedro Cardim, *O poder dos afectos: ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime*, tese dout. História, Lisboa, Univ. Nova de Lisboa, 2000. Do mesmo autor, dois artigos que fornecem uma excelente introdução ao tema: “Amor e amizade na cultura política dos séculos XVI e XVII”, in *Lusitania Sacra*, 1999, p. 21-57; e “Religião e ordem social: em torno dos fundamentos católicos do sistema político do Antigo Regime” in *Revista de História das Ideias* 22, 2001, p. 133-174.

"(...) as palavras enquanto são vozes, e muito menos sendo escritas, ou se considerem no material ou em sua forma, carecem de virtude física, ou natural actividade para produzir os efeitos, que promettem os mesmos Livros. A palavra propria ou formal, enquanto á materia he hum movimento tremulo e vibratorio do ar, impellido dearticuladamente pela Lingua, e outras partes da bocca; e enquanto á forma he huma denominação totalmente extrinseca, com que livremente deputarão os homes esta ou aquella voz para excitar a idea ou conhecimento de objectos determinados. A palavra escrita he a tinta delineada, e impressa no papel, se fallarmos da materia; e enquanto á forma he houtra denominação extrinseca igual, comque estes ou aquelles caracteres se deputarão para signal arbitrario, ou para significar immediatamente algumas vozes, e consequentemente os objectos. Ora he cousa evidente que nenhuma destas palavras pode eximir aos homens de morte subita, etc." ¹¹

As palavras não podem, em consequência, ter outros poderes que não os que derivem da sua natureza puramente linguística e cultural. Dito de outro modo, as entidades representacionais como os caracteres ou morfemas não detêm qualquer continuidade com as entidades reais do mundo físico, e quando consideradas na sua realidade física carecem da força necessária à obtenção de efeitos como os que tais livros prevêem. Mesmo que estivesse no poder das palavras obter tais efeitos, tal sucederia apenas por força das suas características, caso no qual serem palavras ou símbolos não teria tido influência alguma. Em resultado destas premissas, o seu uso enquanto ferramentas de intervenção no mundo físico não pode ser outra coisa senão um uso puramente supersticioso ¹².

3. Intrínseco / extrínseco

Vimos através do resumo da censura de Luís do Monte Carmelo como era impossível que as palavras detivessem poderes sobre os fenómenos

¹¹ Idem.

¹² Devo dizer que a utilização que neste texto se tem feito do termo "superstição" é estrita e utilitária, significando com ele o uso de palavras ou símbolos para obter de forma directa efeitos que aparentemente são exteriores à esfera típica de leitura e de interpretação, tal como efeitos de que já falei, sobre terremotos, tempestades, etc. Não me ocuparei aqui de outro tipo de usos supersticiosos, principalmente porque os próprios censores, no decurso desta polémica, se empenharam essencialmente em discussões precisamente sobre os limites destas noções.

físicos. Confirmámos também que, para este censor, o facto de tal premissa ser falsa determinava como conclusão irrefragável que o uso de livros como as *Breves de Marca* da forma como eles mesmo se apresentam e aconselham fosse um uso supersticioso. Essa conclusão acarretaria por sua vez a inevitável condenação de tais objectos por um tribunal como a Real Mesa Censória.

Vejam os agora que tipo de posição permitiria que o poder físico das palavras fosse não só possível, como também *pensável*. Será produtivo comparar a censura de Luís do Monte Carmelo com um pensamento que defenda de forma clara e bem estruturada a realidade do poder físico das palavras. A sua autoria é herética, e o ambiente de que provém é bem distinto do da Real Mesa Censória, mas esta digressão permitir-nos-á aceder a um termo de comparação interessante, tanto em termos ideológicos como cronológicos, com a descrição detalhada da discussão dos censores. Por um lado, ajudar-me-á a justapor à temporalidade breve da polémica entre censores uma continuidade temporal mais larga, que é, no fundo a da realização destas práticas. Por outro lado, ajudará a elaborar a distinção entre uma natureza intrínseca e extrínseca das coisas a que Luís do Monte Carmelo faz tanta referência e que será um ponto crucial na controvérsia entre os censores da Real Mesa Censória. O que é então o intrínseco e o extrínseco das coisas?

“In genere duplex est efficiens: natura et voluntas. Voluntas mox triplex est: homo, humana, daemonis et divina. Natura in proposito est duplex: intrinseca et extrinseca. Intrinseca adhuc est duplex: materia seu subiectum, et forma cum virtute naturali. Extrinseca quoque duplex: quae potius naturae effigies dicitur, vestigium et umbra seu lux, et illa quae manet in re et in superficie subiecti, sicut lux et calor in sole et in aliis calidis, et illa quae emanat et effluit e subiecto, sicut lux quae funditur a sole et reperitur in rebus illuminatis, et calor qui cum luce in sole et reperitur in rebus calefactis.”¹³

[A força eficiente é dupla na sua essência: natureza e vontade. A vontade é tripla: humana, demoníaca e divina. A natureza é dupla: intrínseca e extrínseca. A natureza intrínseca é, em si mesma, dupla: a matéria ou sujeito, e a forma com a sua virtude natural. A natureza extrínseca é também ela dupla: é tanto a imagem da natureza, vestígio, sombra ou luz, como aquilo que sobra ou está à superfície do objecto (como o calor e a luz no Sol e noutros corpos quentes), e

¹³ Giordano Bruno, *De Magia*, in Tocco & Vitelli [eds.], *Giordano Bruno Nolani Opere latine conscripta*, Florença, Typis Successorum le Monnier, 1891.

ainda aquilo que do sujeito emana e se escapa (como a luz, que espalhada pelo Sol, se encontra nos corpos iluminados, e o calor, que associado à luz no Sol, se encontra também nos corpos aquecidos).]

Este excerto foi retirado do tratado *De Magia* de Giordano Bruno (c. 1591). No parágrafo seguinte veremos como estas noções se podem aplicar às palavras ou representações de palavras:

“Similiter et omnes scripturae non sunt eius momenti, cuius sunt characteres illi, qui certo ductu et figuratione res ipsas indicant, unde quaedam signa in invicem inclinata, se invicem respicientia, amplectentia, constringentia ad amorem; adverse vero declinantes, disiectae ad odium et divortium; concisae, mancae, disruptae ad perniciem; nodi ad vincula, explicati characteres ad dissolutionem.”¹⁴

[De modo análogo, nem todas as escritas detêm tanta influência quanto os caracteres que, por meio de um determinado desenho e figuração, revelam as próprias coisas; assim como certos signos que se inclinam uns para os outros, olhando-se mutuamente e cingindo-se, e que compelem ao amor; outros, pelo contrário opostos e dissociados, suscitam o ódio e o divórcio; amputados, estropiados, interrompidos, invocam a ruína; com nós se criam laços que com caracteres desligados são desfeitos.]¹⁵

Ou seja: as palavras operam sobre as coisas porque possuem uma certa comunidade com as coisas (*communio* ou *consortio rerum*) que lhes permitirá afectar directamente o mundo físico. Não existe uma fronteira clara entre representações e objectos. Pelo contrário: umas estão em continuidade com os outros.

Em *The Art of Memory*, Frances Yates descreve de forma mais clara o funcionamento desta mecânica da interacção entre os símbolos (aqui chamados de “imagens”) e a realidade, explicitando as interacções existentes entre estes níveis:

“(...) the images of stars are intermediaries between the ideas in the supercelestial world and the sub-celestial elemental world. By arranging or manipulating or using the star-images one is manipulating forms which are a stage nearer to reality than the objects in the inferior world, all of which depend on the stellar influences. One can act

¹⁴ Idem.

¹⁵ A tradução dos excertos de Giordano Bruno é minha (cf. Giordano Bruno, *Da Magia*, Almada, Íman Edições, no prelo).

in the inferior world, change the stellar influences on it, if one knows how to arrange and manipulate the star-images.”¹⁶

[as imagens das estrelas são intermediárias entre as ideias do mundo super-celestial e os elementos do mundo sub-celestial. Ao combinar, manipular, ou utilizar as imagens das estrelas, estão a manipular-se formas que se encontram um grau mais próximo da realidade do que os objectos do mundo inferior, que por sua vez depende por inteiro das influências estelares. Pode actuar-se sobre o mundo inferior, mudando as influências estelares de que ele padece, se se souber como combinar e manipular as imagens das estrelas.]¹⁷

Embora a formulação não tenha que ser rigorosamente esta, e o conteúdo doutrinário da ciência bruniana tenha detalhes que com toda a probabilidade não pudessem ser partilhados pelos autores e utilizadores da *Breve de Marca*, o que me interessa de momento retirar deste exemplo e da sua contraposição com Luís do Monte Carmelo, é que para as palavras, símbolos, imagens ou caracteres serem efectivos, eles não podem ser circunscritos à sua natureza discursiva, linguística ou imagética, como quer Luís do Monte Carmelo. Pelo contrário, as palavras ditas ou escritas detêm vínculos que estão em continuidade com o mundo físico, de tal forma que intervir neles é necessariamente provocar alterações no mundo exterior. Não existe, na verdade, uma distinção intransponível entre o que é intrínseco e o que é extrínseco num símbolo – estes são apenas modos diferentes de a mesma realidade se declinar, sempre em comunicação entre os seus diversos níveis de uma forma que é passível de conhecimento e utilização e que permitirá constituir uma ciência, talvez mesmo *a* ciência. Num tal pensamento, é a noção de superstição como a entendia Monte Carmelo que não é admissível.

4. Terrestre / celeste

Antes de regressarmos à Real Mesa Censória de 1770, convém concretizar um pouco melhor o tipo de objecto de que estamos a falar. Reproduzo na figura 1 um livrinho que, não se tratando da *Breve Santíssima de Marca* analisada por Luís do Monte Carmelo, corresponde em bastante detalhe à tipologia por ele descrita¹⁸. Trata-se de *Palavras*

¹⁶ Frances Yates, *The Art Of Memory* (Harmondsworth, Penguin books, 1969, p. 212).

¹⁷ Tradução minha.

¹⁸ Não encontrei até ao momento este original. Embora tenha encontrado dois exemplares tardios com o título *Breve Santíssimo de Marca* (cf. nota abaixo), ambos se afastavam muito da descrição de Luís do Monte Carmelo.

Santíssimas e Armas da Igreja contra os Rayos, Tempestades e Trovões [Lisboa, Officina de Ignacio Nogueira Xisto, 1760. Com todas as licenças necessárias], um livrinho de cerca de 4x2 cm que foi localizado em Goa, na casa de uma família local convertida ao cristianismo. Encontrava-se ainda dentro de uma bolsa de veludo vermelho que provavelmente terá sido pendurado num fio usado ao pescoço. Junto ao livro encontravam-se três papeletes dobrados que reproduzem também na imagem; um continha terra, outro um pedaço de madeira e o último uma série de iniciais protegidas por cruces. Como se vê, trata-se de um exemplo muito aproximado do descrito acima. O facto de ter sido impresso em Lisboa e encontrado em Goa testemunha da extensa difusão deste tipo de livrinhos. Mais eloquentes ainda são as encomendas deste género de livros para o Brasil, de que uma oração a Santa Bárbara terá constituído a maior encomenda de um só título de qualquer género de livros ¹⁹.



Fig. 1 - *Palavras Santíssimas, e Armas da Igreja* [Lisboa, 1760]. Coleção particular.

¹⁹ Devo a Ângela Barreto Xavier a indicação de *Palavras Santíssimas*. Júnia Furtado e André Belo indicaram-me alguns títulos semelhantes, respectivamente entre bibliotecas particulares de Minas Gerais e nos títulos anunciados na *Gazeta de Lisboa*. Ao

A banalização do uso destes livrinhos não terá sido alheia aos problemas que a posição de Luís do Monte Carmelo provocou na própria Real Mesa Censória, como veremos adiante. Entretanto, a sua censura mereceu três respostas por parte de outros censores da Real Mesa. Juntas, estas quatro censuras constituirão o *corpus* completo desta discussão. E cada uma dessas respostas tenta uma abordagem de “terceira via” à oposição irreduzível entre as visões de Monte Carmelo (que até nova censura constituíam a única decisão formal da própria Real Mesa Censória) e o uso disseminado e crença generalizada no uso deste tipo de objectos.

Francisco de Sá, na sua censura de 15 de Abril de 1771 compara as *breves* de marca, não a livros, mas a objectos devocionais. Eis uma distinção interessante, pois deixa bem claro que os limites e o âmbito da censura de livros dependem crucialmente daquilo que entendermos como “livros”. Desta forma, encontramos a própria categoria “livro” em discussão no interior da Real Mesa Censória. Para Monte Carmelo o facto de as *breves* serem materialmente semelhantes a livros era o bastante para os colocar sob a jurisdição da Real Mesa Censória, pois este “sapiéntíssimo tribunal” detinha, segundo o seu regimento, jurisdição privativa e exclusiva sobre “quaisquer livros ou papéis impressos”. Para Francisco de Sá, no entanto, esta definição não é sustentável. Os livros servem para se ler; se as *breves* se deviam usar junto ao corpo, debaixo da roupa, elas não deveriam ser tecnicamente consideradas livros. Elas seriam antes como quaisquer outros objectos devocionais, e tal como os rosários, medalhinhas, bentinhos, escapulários, etc., deveriam estar sob a jurisdição da igreja e não da Real Mesa Censória.

“Advirto que se reprovamos a piedade, com que os povos trazem consigo os breves de Marca, devemos por illação legitima e natural,

todo, foram identificados, para os finais do século XVIII e inícios do XIX, cerca de três dezenas de títulos diferentes neste género de livros. Esta prospecção não foi, contudo, continuada, pelo que é possível que este tipo de livros sejam bastante mais diversos e numerosos. Para as leituras no Brasil colonial, veja-se Luiz Carlos Villalta, “O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura”, in: Laura de Mello e Souza & Fernando Novais (org.), *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*, São Paulo, Companhia das Letras, 1997. Veja-se também, sobre esta encomenda de orações, o seu artigo a ser publicado nas *Actas I Colóquio Sobre o Livro e a Imagem* (coord. Guiomar de Grammont e Myriam Bahia Lopes), Ouro Preto, UFOP, no prelo. Sobre a utilização de textos manuscritos como forma de obter efeitos físicos, é indispensável Rita Marquilha, *A Faculdade das Letras*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2000. Vejam-se, nomeadamente, os exemplos das páginas 60-65.

reprovar da mesma sorte, o uzo de trazer escapulario, Cordoens, medalhas, Rozarios, Coroas, Cruzes, e as mesmas Imagens de Santos que materialmente vistas não são mais, que hua materia grosseira combinada desta ou daquella forma e consideradas pelo que extrinsicamente, e arbitrariamente mostrão, não tem mais virtude alguma para produzir o que dellas esperão os fieis(...)"²⁰

Além desta interpretação do corpo de prova, a interpretação de Francisco de Sá também difere da de Monte Carmelo no que diz respeito ao tema central em discussão. Existe de facto um modo de as palavras poderem obter efeitos físicos, embora esse modo seja indirecto: elas actuam através da intervenção de leitores não-humanos, nomeadamente dos demónios. Após provar, com recurso a uma considerável erudição bíblica e patrística, que os demónios causam efectivamente tempestades e outros fenómenos meteorológicos, e não só

"...sendo certo, que aquelles maos espiritos andão, dispersos em grandes exercitos por toda esta região como dizem comumente os Stos. Padres, e chega a dizer Sto. Agostinho De Gen. ad Litt. L. 3^o Cap. II, que nesta caliginoza Atmosfera tem muitos o seu carcere, athe o dia de juizo = eis pro suo genere quidam quasi carcer est usque ad tempus Iudicii = Conforme ao que dis S. Jeronimo adv Vigil. C. 2. que os Demonios andão vagabundos por toda a terra com huma incrível velocidade = cum Diabolus, et dæmones tot vagantur orbe, et celeritate nimia ubique, præsentés sunt = quem ha de duvidar, que estas malignas intelligencias se disvellão em fazernos todos os prejuizos, que lhes permite o todo poderoso, ja corrompendo o ar, ja infestando o com mil artes, ou fazendo tempestades, ou comovendo trovoadas, ou revolviendo tudo para nos cauzar incessantes detrimetos. Como pondera o muito Sto. Agostinho no lugar citado = non mirum si post peccatum in istam detrusi sunt caliginem, ubi tamem et Aer sit, et humore tenui contexatur, qui Comotus ventos, et velementius Concitatus etiam ignes, et tonitrua; et contractus nubila; et conspissatus pluviam; et congelantibus nubilis nivem; et turbulentius congelantibus densioribus nubilis grandinem; et distentus serenum facit = tanto he verdade, que ha no mundo estas horriveis influencias do abismo, que o Apostolo chama reitores das trevas, e que o Psalmo nomeia por espiritos de tempestades. que com tudo estão sujeitos á palavra do Senhor..."

²⁰ Francisco de Sá, Censura: "Breve Santissimo da Marca contra feitiços e infestos do Demonio, novamente accrescentado com o Escudo impenetravel aos trovoens, raios, peste, e ar corrupto" (ANTT, RMC, 7, 1771, 29).

demonstra então que objectos do tipo das *breves* poderiam de facto impedir que os demónios de empenhassem neste tipo de actividades:

“Se estão pois esses maos espiritos subordinados á palavra do Senhor, não podera esta palavra escripta reprimir os seus impetos? Enfraquecerhião aquellas sagradas expressoens, que em outro tempo fazião estremecer os ermos, e fugir delles os demonios, para que ja hoje não tenham a mesma virtude? (...) que direi eu do sagrado nome de Jesus, que em repetidas partes se acha escripto nos Breves que chamamos da Marca? Quem podera negar a virtude, e a efficacia áquelle Divino nome sobre todo o nome, e que até no inferno se fas temer, constringendo essas infelices creaturas a que o respeitem, e o adorem dobrando o seu joelho ao ouvilo proferir? ²¹”

A estratégia de Francisco Xavier de Santana, numa censura de 10 de Junho de 1771, foi diferente, e porventura mais difícil. A sua missão era a de, por um lado, evitar toda a espécie de conflitos sub-institucionais, mesmo quando ao fazê-lo tivesse de dizer coisas em que os seus colegas e polemistas não poderiam de forma alguma acreditar. Por outro lado, Francisco Xavier de Santana contribuirá também num alargamento da doutrina de Francisco de Sá: além da intervenção sobre os demónios, acrescenta ainda a intervenção da parte de santos, de anjos e, em última análise, de Deus. Ambas as estratégias são patentes no seguinte excerto, de que chamo a atenção para a sua última e reveladora frase – mais tarde voltaremos a ela.

“Depois de ver com a applicação, que me foi possível as doudas censuras dos senhores Fr. Luis do Monte Carmelo e Fr. Francisco de Sá sobre hum livrinho, que se pertende imprimir com o Titulo: Breve Sanctissimo de Marca... tirei da sua lição, não só o conhecimento da vasta erudição, viveza de engenho, e rectidão de juizo, que nellas se admiram, mas tãoobem a inocente vaidade de me conformar com os dois sapientissimos Censores, e de conhecer, que elles são uniformes entre si. (...) como nos nossos Paizes há huma sufficiente instrucção nesta materia, e o zelo com que os Excmos. Pastores cuidam nos Rebanhos sem juizo temerario, suppor, que os deixariam chegar a tão deploravel ignorancia, não se deve prohibir o uzo dos taes Breves, porque os Fieis não confiam nelles, como em cauzas infalliveis daquelles prodigios, mas sim como em huns memoriaes, que apresentam a Deos para moverem a sua infinita piedade (...) as reformas excessivas costumam ter consequencias pessimas, pois que querendo

²¹ Idem.

precaver os abuzos não só se cortam os ramos superfluos mas tãobem se arrancam as raizes necessarias.”²²

A última censura desta polémica, entregue na Real Mesa Censória a 15 de junho de 1771 pelo censor Joaquim de Santana, não traz muita novidade à discussão. Mas é interessante notar como chega a insinuar, com a ajuda de Santo Agostinho e São Tomás, e de autores mais recentes como Tomás de Villanueva e Daniel Concina²³, e de alguns exemplos ilustres –

“A Historia da Igreja nos faz certos, que o Apostolo S. Barnabé escreveu de sua propria mão o Evangelho de São Matheos, e o trazia sempre comsigo junto ao peito, e com elle mesmo foi enterrado na Ilha de Chypre, cujo sagrado codigo achado por Antemio Bispo de Salamina, este o remeteo como preciozo donativo ao Emperador Zenón. Este mesmo uso se propagou depois por homens literatos, e pios; hum destes foi o cardeal Henrique de Cluni, que nunca apartou de si o primeiro capitulo do Evangelho de São João, escrito com letras de ouro; cujo primeiro capitulo he huma das partes, de que se compoem os Breves chamados de Marca. Tão pio he o uso das orações santas escritas, ou estampadas: S. Alberto Magno trazia sempre comsigo o symbolo dos Apostolos; e o Papa Benedicto XIII a oração Angelica da Ave Maria: não refiro outros exemplos, que são innumeraveis.”²⁴

– que no fim de contas é real a possibilidade de as palavras deterem efeitos físicos. Estes efeitos não podem ser certificados a ponto de se tornarem inevitáveis, mas são de todo o modo possíveis. Em consequência, o uso de amuletos como as *breves* só é supersticioso no caso de haver, como ele mesmo define, “uma confiança cega na certeza do resultado”. Se alguém usar o amuleto de uma forma meramente tentativa, este uso não será supersticioso mas, bem pelo contrário, um uso piedoso. Embora não beba em quaisquer fontes heréticas, esta posição é, do ponto de vista pragmático, quasi-bruniana.

²² Francisco Xavier de Santana, Censura: “Breve Santissimo da Marca contra feitiços e infestos do Demonio, novamente accrescentado com o Escudo impenetravel aos trovoens, raios, peste, e ar corrupto” (ANTT, RMC, 6, 1770, 109).

²³ Joaquim de Santana, Censura: “Breve Santissimo da Marca contra feitiços e infestos do Demonio, novamente accrescentado com o Escudo impenetravel aos trovoens, raios, peste, e ar corrupto” (AN/TT, RMC, cx. 7, 1771, 62). Curiosamente, Daniel Concina viu a sua *Theologia Christãa Dogmatico Moral* proibida pela Real Mesa Censória, entre outras razões pelas suas referências à Arte Mágica (cf. AN/TT, RMC, cx. 9, 1775, 23).

²⁴ Idem.

Finalmente, e para facilitar a localização nesta polémica, que consumiu quase um ano e muito papel e tinta na vida da Real Mesa Censória, as posições dos quatro censores encontram-se resumidas no quadro seguinte, a que foi também acrescentada como termo de comparação a posição de Giordano Bruno no tratado *De Magia* a que anteriormente fizemos alusão. Neste quadro, necessariamente esquemático, encontram-se explicitados na coluna central os tipos de nexos causais que cada uma destas posições considera poder (ou não poder) existir entre as palavras intrinsecamente entendidas e os fenómenos do mundo físico. Na última coluna enuncia-se a conclusão (necessariamente associada a esta posição inicial) no ponto fundamental da questão: o uso de livros ou palavras ditas ou escritas como forma de atingir determinados efeitos físicos é ou não supersticioso?

AUTOR/CENSOR	[PRESUMÍVEL CAUSA]	NEXO CAUSAL	[PRESUMÍVEIS EFEITOS]	CONCLUSÃO
Luís do Monte Carmelo (outubro 1770)	PALAVRAS	não podem causar	EFEITOS FÍSICOS	o uso é sempre supersticioso
Francisco de Sá (abril 1771)	PALAVRAS	podem assustar os demónios, impedindo-os de causar	EFEITOS FÍSICOS	não há superstição
Francisco Xavier de Santana (junho 1771)	PALAVRAS	podem motivar a intervenção de “leitores celestiais”, ou seja, santos, anjos ou até Deus que podem por sua vez causar ou prevenir	EFEITOS FÍSICOS	não há superstição
Joaquim de Santana (julho 1771)	PALAVRAS	podem (ou não) causar	EFEITOS FÍSICOS	só há superstição se o uso for demasiado confiante
Giordano Bruno (c. 1591)	PALAVRAS	partilham uma comunidade (consortio, communio) com	EFEITOS FÍSICOS	não se trata de superstição mas de ciência

Vemos assim de novo que, segundo um dos censores (Luís do Monte Carmelo) o nexo causal entre palavras e fenómenos é *impossível*, ao passo que para outros dois (Francisco de Sá e Francisco Xavier de Santana) ele

é *indirecto*; para Joaquim de Santana, este nexos causal é de natureza *incerta*, sendo contudo uma possibilidade sob várias formas, tanto indirectas como eventualmente directas mas sempre incognoscíveis. No final deste espectro encontrar-se-ia a posição que aqui emblematicamos através de Giordano Bruno, e que postula não só a realidade deste nexos causal como uma verdadeira continuidade entre símbolos e coisas, continuidade essa que é possível e desejável conhecer e controlar – estando este conhecimento, nobre entre todos, bem longe de poder constituir-se como superstição.

5. Círculo / espiral

A última citação de Francisco Xavier de Santana atrás referida dá-nos uma excelente pista sobre as razões implícitas desta controvérsia. Ao sugerir que “as reformas excessivas costumam ter consequências péssimas, pois que querendo precaver os abusos não só se cortam os ramos superfluos mas também se arrancam as raízes necessárias”, aquilo que ele parece temer é que a natureza radical das reformas de Pombal possa vir a pôr em causa a estabilidade das crenças religiosas dos súbditos do Rei de Portugal. E é verdade que veremos nesta ocasião aparecerem pela primeira vez algumas fissuras no edifício até então sólido do sistema de censura de Pombal, e isto três anos apenas após a sua fundação. Numa das extremidades do espectro encontram-se censores como Luís do Monte Carmelo (mas também Manuel do Cenáculo e António Pereira de Figueiredo, que não tiveram papéis importantes na história de hoje, mas que foram ambos protagonistas decisivos na trajetória da Real Mesa Censória) que acreditam neste projecto ilustrado e no papel central do censor como motor dele. Do lado oposto, censores como Francisco de Sá, Francisco Xavier de Santana e Joaquim de Santana, que talvez se perguntassem se estas reformas não estavam no fim de contas a ser levadas demasiado longe.

Em simultâneo podemos também aperceber-nos das auto-representações dos censores, que aqui emergem em negativo nesta polémica. No primeiro dos campos, uma visão voluntarista e geométrica da censura, segundo a qual a tarefa do censor é a de distinguir as proposições falsas das verdadeiras e suprimir as falsas, abrindo caminho ao progresso da nação sem ter de tomar em conta quaisquer equilíbrios (sociais, simbólicos ou tradicionais) anteriores. Do outro lado, um tipo de censor mais defensivo e paternalista, de certa forma herdeiro do sistema “tripartido” de censura que precedera a Real Mesa Censória por 250 anos e da sua

visão mais pactista e parcelar do papel do censor – e dos poderes. Para este tipo de censor (que ganhou a batalha de que falámos hoje mas cuja natureza se encontra essencialmente em perda no interior da própria lógica em que se funda a Real Mesa Censória) o censor não é uma espécie de Juiz Supremo de Discurso²⁵. A estratégia de Francisco de Sá, por exemplo, é dupla e sempre defensiva 1) as *breves* não são livros e 2) o controle das interpretações teológicas cabe à igreja e não à Real Mesa Censória. Para Luís de Monte Carmelo, bem pelo contrário, enquanto as *breves* fossem consideradas objectos impressos, a tarefa do censor seria sempre a de eliminar todas e quaisquer falsidades que elas pudessem conter.

Para finalizar, gostaria de dizer que o que é interessante no estudo à escala micro de uma instituição como a Real Mesa Censória é aquilo que ele revela das tensões sub-institucionais a que ela é submetida. Por exemplo, a maneira como argumentações opostas são defendidas com exactamente o mesmo vocabulário, ou (como no caso de hoje) a maneira como argumentações opostas são defendidas com vocabulário oposto mas tão cedo quanto possível garantindo uma ilusão de conformidade.

Estes censores, habituados a trabalharem sobre obras em vários volumes, prenhes de delicadezas e pormenores eruditos, foram na verdade (como nós) levados bem longe por este livrinho de tal pequenez que facilmente se poderia perder entre outros papéis mais importantes, de tal simplicidade que não era seguro se as pessoas o liam ou não, e tão duvidoso que não se poderia saber ao certo se era um livro de verdade. Mas esta ínfima prega no liso território do vasto domínio intelectual dos censores acabou por forçá-los, através de uma cadeia um tanto incontrolada de associações, a colocarem-se a pergunta entre todas mais decisiva para o estatuto da própria censura. E a questão é: teremos nós, censores, a última palavra sobre as palavras? Ou melhor: poderemos nós porventura fechar o círculo em torno da produção e interpretação de textos, delimitando-os? Luís do Monte Carmelo parece acreditar que tal é possível, ou no mínimo que tal ideal pertence às estritas obrigações do censor, no que aliás está em pleno acordo com a própria legislação que funda e regulamenta a Real Mesa Censória²⁶. Já os restantes censores permanecem mais dubitativos.

²⁵ Esta categorização entre censores “legisladores” e censores de estratégia mais defensiva deve muito às ideias de Zygmunt Bauman (*Legislators and Interpreters. On modernity, post-modernity and intellectuals*, Cambridge, Polity Press, 1987) e António Hespanha, nomeadamente o artigo “Os juristas como couteiros. A ordem na Europa ocidental dos inícios da idade moderna”, in *Análise Social* [Lisboa, ICS], xxxvi, 161.

²⁶ Cf. nomeadamente, o *Regimento da Real Mesa Censória* de 18 de Maio de 1768.

Talvez, parecem eles querer dizer, que aquilo que tentamos conter com o círculo da censura fuja através da espiral da interpretação e –

Post-scriptum: deixei este texto terminar abruptamente, como terminam às vezes os documentos que lemos nos arquivos. Chega-se ao fim de um fólio e – nada. Somos forçados a perguntar-nos que haveria para lá daquele salto no vazio. Porque é que o texto acaba assim abruptamente? Ou seja, que escreveria eu se não tivesse deixado o texto inacabado? Vou tentar responder a esta pergunta.

Enquanto este foi um texto inédito estive muito tentado a manter o final assim, sem qualquer justificação. Isto porque, ao finalizar-se a discussão sobre qualquer livro, aquilo que os censores se perguntam entre si, ou o próprio censor a si mesmo, no diálogo interior que certamente manteria durante o processo decisório, é o que acontecerá ao livro depois de lançado à interpretação dos leitores exteriores à Real Mesa Censória. A interpretação é a grande incógnita e ao mesmo tempo a grande condicionante dos censores, e como vemos a maneira de cada um responder a esta incógnita tem vastas implicações políticas. A questão de Luís do Monte Carmelo era saber se um censor poderia deixar passar um erro ou uma falsidade para a “luz pública”, com consequências funestas a vários níveis. Francisco Xavier de Santana, por outro lado, perguntava-se: estaremos cortando os ramos supérfluos ou as raízes necessárias? Outros censores avisavam Luís do Monte Carmelo de que a tentativa de circunscrever todo e qualquer discurso constituía uma missão inglória, sempre sujeita à indeterminação das utilizações pessoais do escrito (pias ou supersticiosas, no caso em apreço). A imprevisibilidade destas utilizações constitui o âmago da decisão, e a decisão final é quando o censor salta no vazio. Daí a minha intenção: este salto no vazio do censor seria, então, o salto no vazio do próprio texto, que se calaria a meio de uma frase, um pouco à maneira da última frase de Wittgenstein no Tractatus Logico-Philosophicus: “Acerca daquilo de que se não pode falar, tem que se ficar em silêncio”²⁷.

V. ainda Rui Tavares, *O Labirinto Censório. A Real Mesa Censória sob Pombal (1768-1777)*, Lisboa, ICS-UL, tese de mestrado, 1997, pp. 9-26; Id., “Lembrar, esquecer, censurar”, in *Estudos Avançados* 27, São Paulo, USP, 1999, pp. 125-154.

²⁷ Ludwig Wittgenstein, *Tractatus*, 6.54 [in *Tractatus Logico-Philosophicus / Investigações Filosóficas*, trad. de M.S. Lourenço, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 3ª ed., 2002].

Não me passou despercebido que este desejo de uma continuidade entre o texto e o mundo exterior a ele (quando o texto fala do desconhecido, deve ele próprio calar-se) se encontrava sob a influência dos próprios livros-amuleto tratados pelos censores nesta polémica. Não devo então terminar sem acrescentar algumas notas, necessariamente breves, sobre estes textos.

Uma primeira característica notória deste tipo de textos é a sua natureza vinculativa.

Segundo o Vocabulário Português e Latino de Bluteau²⁸, “amuleto” é um termo médico. A sua etimologia não está comprovada, mas a hipótese que se levanta em primeiro lugar é que a origem do termo esteja na palavra grega para “liame” ou “atadura”, “porque de ordinário os amuletos se trazem atados”. A ideia de que um amuleto é algo que “ata”, que alcança, une e congrega realidades distintas e que, de certa forma, é ele mesmo um elemento que se encontra entre dois mundos, aparecia também em Giordano Bruno resumida pela noção de “vínculo”, apresentada no tratado De Magia e explorada em pormenor no subsequente De Vinculis in genere.

A noção de “vínculo” é de facto a ideia-chave deste pensamento. Os textos que pertencem à tipologia das Breves de Marca, e que se encontram no próprio fundo da Real Mesa Censória, propõe diversos tipos de vinculação ao mundo extra-textual. Sugere-se através da utilização do texto uma intermediação, que se efectiva como se as práticas associadas a estes livros pudessem ser uma espécie de ganchos que, a partir do mundo humano, alcançassem e fixassem (atasse, ligassem) o mundo natural, divino ou infernal, constituindo entre todos feixes de comunicação e poder. Estes vínculos podem ser cronológicos, corporais, físicos ou outros. Alguns exemplos breves de vinculação

— **cronológica:** “Ouvindo as horas dirá o seguinte / JACULATORIA / Pelas vossas Chagas, / Pela vossa Cruz / Livrai-nos da Peste, / Divino JESUS”²⁹. Esta indicação promove a ideia de que a repetição de

²⁸ “AMULETO. Termo de médico. Dão-lhe os Etymologicos varias derivações, Gregas, & Latinas. Os que o fazem vir do Grego, o derivão de Anima, que he *Liame*, ou *Atadura*, porque de ordinario os *Amuletos* se trazem atados [...]”. Cf. Bluteau, *Vocabulário Português e Latino*, Coimbra, No Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728. Interessante também a entrada referente à palavra *talismã* (grafada “*talisman*”) à qual, diversamente de amuleto, é dado um sentido ímpio de “vã crença”.

²⁹ *Remedio Celestial, e Divinamente Revelado contra a Peste*. Distribue-se no Mosteiro, do Smo. Sacramento em Alcantara de Lxa., enriquecido com huma Devotíssima

uma oração mental, semi-consciente, repetida ao longo do dia segundo um intervalo constante, funciona como activação da virtude física do texto. Também se pode interpretar esta prescrição de forma diversa (embora não inteiramente contraditória) como sugerindo que a tendência do objecto para a inércia tenha de ser contrariada pela demonstração de fé do utilizador do livro – utilizador apenas, uma vez que o verdadeiro leitor será outrem.

- **corporal:** *prescreve-se ao fiel que utilize o amuleto junto ao corpo, ou debaixo da roupa, ou atado à zona do corpo mais afecta ao tipo de malefício que se quer prevenir “trazendo-o cada hum comsigo, depois de bento, e com a devida veneração e reverencia, livra da Peste, e affugenta os Demonios”³⁰;*
- **física:** *ordena-se, por exemplo, o recitar de uma oração no momento em que ocorrerem determinados fenómenos. É o caso da célebre oração a Santa Bárbara contra as tempestades, incluída nas Breves de Marca;*
- **gráfica:** *letras dispostas de uma determinada forma (de cruz, por exemplo): “os caracteres, e palavras Divinas, formadas, e escriptas por S. Zacharias Bispo antigo de Jerusalem, com a mesma forma, em que as traz o livro intitulado Collectio Benedictionum pag. 181; por ter mostrado a experiencia, que usada com fé esta devoção applaca a mesma peste”³¹; noutros casos, os próprios caracteres dispostos em certa forma resumem orações inteiras que o leitor podem nem sequer conhecer, mas cuja virtude se encontra ali contida nas suas iniciais: “Quando no anno de 1546 grassava em Trento um gravissima peste, referem, que os Padres do Concilio Tridentino trouxerão comsigo devotamente certas letras, ou caracteres dispostos em fôrma d’uma Cruz, composição esta de S. Zacharias Bispo de Jerusalem; e com effeito achárão os*

Estampa do Snr. JEZUS do Afflictos, que já vai benta. Adverte-se que as Cruzes, e Letras, ou Caracteres Revelados já levão todas as Bençaons necessarias. Ms. [ANTT, Real Mesa Censória, cx. 405, doc. 6850c]. Existe uma versão impressa de 1833.

³⁰ Id.

³¹ *Flagello contra a peste, e contra os demonios, Puxado pela Fé, e pela Caridade: muito util nas presentes necessidades, e confirmado pela experiencia, que usado com fé applaca a Peste, e afugenta os Demonios obsidentes.* Lisboa, Impressão Regia, 1811, com licença. [Real Mesa Censória cx. 405, doc. 6845.] [versões de 1833: docs. 6844c e 6844e].

ditos Padres ser um remedio util contra a peste trazer cada um comsigo com veneração aquellas letras; porque significão várias jaculatórias devotas, e oraçõesinhas affectuosas”; noutros casos ainda, encontram-se nomes (por exemplo, as listas de nomes de Deus, oriundas já da tradição cabalística) protegidos de ataques provindos do exterior do texto por cruces: “In nomine Pa✠tris, et Fi✠li, et Spiritus ✠ Sancti, Amen, ✠ El ✠, Eloym ✠, Sother ✠, Emmanuel ✠, Sabaoth ✠, Agia ✠, Tetragramaton ✠, Agyos ✠, ó Theos ✠, Ischytos ✠, Athanatos ✠, Jehovah ✠, Ya ✠, Adonay ✠, Soday ✠, Homonsion ✠, Messias ✠, Esercheye ✠, Increatus Patre ✠, Increatus Filius ✠, Increatus Spirictus Sanctus ✠. JESUS ✠ Christus vincit ✠, Christus Regnat ✠, Christus Imperat ✠”³².

- por contiguidade: encontram-se neste caso os objectos que sugerem relíquias, — poeira, pedaços de madeira, etc. —, e que se encontram em contiguidade física com o texto, reforçando o carácter intersticial (isto é, de interposição entre mundos diferentes) do livro-amuleto.

Existem ainda outras instâncias da vinculação pretendida por este tipo de textos. Tentemos avançar com algumas razões para este tipo de procedimento.

Por um lado, o livro pretende sugerir ou efectivar o tipo de virtudes extrínsecas de que falava Luís do Monte Carmelo. Por outro lado, o livro pretende automatizar a sua relação com o leitor, levando-o a repetir orações

³² BREVE SS.^{MO} [gravura com uma cruz irradiando raios de luz] DA MARCA / CONTRA OS MALEFICIOS, E ARTIFICIOS / DO DEMONIO, E SEUUS SEQUAZES, Porto: Imprensa do Gandra 1825. Com licença da Comissão de Censura. Repare-se como este título, posterior em mais de meio século às breves de marca que motivaram a discussão entre os censores da Real Mesa Censória, ainda invoca claramente a tradição das breves de Marca de Ancona. Formalmente, contudo, trata-se de um espécime bem diferente do descrito por Luís do Monte Carmelo, uma vez que consiste em apenas uma folha de formato semelhante ao actual A4, com sinais (no exemplar consultado) de ter sido dobrada em quatro, provavelmente para guardar no bolso, e sem ser acompanhado por terra, pedaços de madeira, ou qualquer relíquia. Outro espécime, de características formais semelhantes ao agora descrito, mas sem data ou local de edição, tem um título ainda mais semelhante ao das *Breves de Marca* de 1770-71: BREVE SANTISSIMO DA MARCA / Contra feitiços e infestos do demonio, e contra todos os perigos diabolicos, que pôdem acontecer na vida. Cf. Biblioteca Nacional de Lisboa, HG 5241//12 A. Note-se ainda como só as três pessoas da sagrada trindade levam uma cruz no meio da palavra; os restantes nomes encontram-se protegidos por uma cruz antes e depois da palavra.

ou gestos de forma não reflectida, ao ouvir bater as horas ou aproximar-se uma trovoada. Desta forma o texto se exterioriza e prolonga para lá de si mesmo, ao colocar-se em linha, ou sincronizar-se, com o mundo físico, ao mesmo tempo em que assegura a sua sobrevivência, sob a forma de reflexo, nos hábitos daquele utilizador.

Este carácter programável do texto, ou seja, o facto de o texto encerrar em si instruções que vão para lá da sua mera leitura é, em si, uma segunda característica original neste tipo de amuletos escritos. Ao facto de o texto se activar automaticamente por via da repetição semi-consciente de determinados gestos ou fórmulas acrescenta-se ainda outro efeito programado do texto: a sua auto-reprodutibilidade, prevista por exemplo nas ordens que determinam a cópia do texto em cadeia ou a sua duplicação manuscrita.

Finalmente, em muitos destes casos o livro não serve para ser lido pelo seu utilizador; chega-se mesmo a sugerir que a sua utilização seja até mais indicada para quem não saiba ler e dão-se instruções para a activação das virtudes físicas do livro por vias alternativas à da leitura.

“Adevertencia: Deste Compendio de Orações devem todos os Fieis Christãos fazer uso não sómente em rezallas, mas ainda mesmo em trazellas comsigo; e muito especialmente as Pessoas, que não sabem ler; que a estas lhes valem, trazendo-as comsigo, e tendo quem lhas leia para as ir rezando; e quando isso lhes falte, rezando os Padre-Nossos, // e Ave-Marias, Gloria-Patris, e Salve-Rainhas, offerecidos a Deos nosso Senhor, a nossa Senhora, e aos Santos; tudo como aqui mesmo se declara”³³

Afinal, o que é um livro se não servir para ser lido? “Um livro”, dizia o Padre António Vieira, “é um mudo que fala, um surdo que responde, um cego que guia, um morto que vive, e não tendo acção em si mesmo move os ânimos e causa grandes efeitos...”³⁴. Uma formulação que parecendo dar razão a Luís do Monte Carmelo (“não tendo acção em si mesmo”), fala também de “um morto que vive”, “move os ânimos e causa grandes efeitos”. Os efeitos que causa depende dos ânimos que move, ou seja, de que leitores falamos quando falamos dos livros.

Estas características do texto-amuleto, – o seu carácter vinculatório, programável, e auto-reprodutível – devem modificar, segundo creio, o tratamento historiográfico que lhes é concedido normalmente.

³³ *Compendio de orações contra o mal da Peste, e Mortes repentinas, Males contagiosos, e o Mal de Sezões, offerecido a todos os Fieis Christãos, que com o uso destas Orações quizerem alcançar de Deos Nosso Senhor o serem livres destes terriveis males. Por hum Devoto.* Lisboa, Impressam Regia, 1809. Sublinhado meu.

³⁴ “Sermão de Nossa Senhora da Penha de França” [1652].

A primeira conclusão a retirar tem a ver com o grau de perigosidade das ideias, quando comparando textos escritos ou discursos falados. Trata-se de uma questão recorrente: o escrito é mais perigoso do que as palavras, ou o inverso? A historiografia da imprensa utilizou tradicionalmente o exemplo da reforma protestante para responder a esta pergunta atribuindo ao escrito maior poder subversivo³⁵. Já outros autores lembram como uma das primeiras tarefas dos inquisidores, quando colocados perante relatos orais, era precisamente a de pedir à testemunha que passasse esse relato por escrito, notando em conclusão como o escrito é mais controlável do que o oral³⁶. Mas o que estes livros-amuleto sugerem é que a questão se encontra mal colocada – embora os próprios censores, por exemplo, também a tenham levado muito a sério³⁷. Não são os textos nem as palavras ditas que são subversivas; o que é mais difícil de controlar para o censor é o tipo de conteúdo que salta facilmente de formato, do escrito para o falado para o gestual para as formas de vestir e para os hábitos quotidianos, e vice-versa. Este argumento é bem exemplificado pelo facto de que a única parte das Breves de Marca que os censores da Real Mesa Censória concordaram em suprimir – a oração portuguesa a Santa Bárbara, contra as tempestades – tenha sido a que melhor sobreviveu até aos dias de hoje, quando muita gente ainda a recita semi-conscientemente, sempre que ouve trovejar³⁸.

Outras consequências interessantes referem-se mais ao âmbito da história da leitura, onde nos últimos anos têm sido comuns as chamadas de atenção para a diversidade de utilizações do objecto escrito, nomeadamente

³⁵ Cf. Elizabeth Eisenstein, *The printing revolution in early modern Europe*, Cambridge, Cambridge University Press, 1993. Ver tb. “Defining the initial shift” em Finkelstein, David & McCleery, Alistair [eds.], *The Book History Reader*, London, Routledge, 2002.

³⁶ Cf. Richard Kagan, *Lucrecia's dreams: politics and prophecy in sixteenth-century Spain*, Berkeley, University of California Press, 1990 e Fernando Bouza Álvarez, *Imagen y propaganda. Capítulos de historia cultural del reinado de Felipe II*, Madrid, Akal, 1998.

³⁷ Rui Tavares, *O Labirinto Censório*, cap. 4.

³⁸ Não existe uma maneira simples, tanto quanto sei, de comprovar esta minha asserção. O célebre poema de Alberto Caeiro “Esta tarde a trovoada caiu...”, onde Fernando Pessoa imagina um Alberto Caeiro rezando (“não sei porquê – eu não tinha medo”) a Santa Bárbara, desejando poder acreditar em Santa Bárbara – intui-se – como toda a gente, é no entanto uma boa ilustração do favor colectivo que esta oração conhecia em Portugal por volta de 1915, e suspeito que a situação não se tenha alterado muito até à actualidade.

*impresso. A mesma historiografia tem lembrado que os leitores “directos” de muitos textos não passavam de uma minoria de entre os leitores efectivos, grande parte dos quais acedia a esses textos através da audição de leituras em voz alta*³⁹. As “breves de Marca” e outros livros-amuleto parecem, deste ponto de vista, constituir um ponto extremo destas utilizações alternativas dos impressos e dos escritos em geral. No entanto, as suas consequências parecem ir ainda mais longe, não só ao reconfirmarem a existência de utilizadores não-leitores dos livros, mas principalmente ao pressuporem a existência de leitores não-humanos dos mesmos. Esta é uma questão que não me parece justo esquecer deste debate, uma vez que, como vimos, os leitores finais destes livros podem ser anjos, santos ou demónios, e até Deus evidentemente em última instância. Leitores de duas formas, uma vez que são os leitores pretendidos dos textos, e os leitores também das próprias utilizações que os crentes fazem dos seus livros (demasiado confiantes ou humildes, ímpias ou devotas). É no contexto destas leituras que se deve entender a “teologia da recepção” que praticam os censores (excepto Luís do Monte Carmelo): “pode ser que se comova Deus”, “pode ser que se assustem os demónios”, “pode por intercessão dos anjos”...⁴⁰. Poder-se-á fazer história da leitura destes livros, ou outros com características análogas, esquecendo estes leitores e aquilo que deles se pretende, ou, como diria Vieira, os “ânimos” que se movem e os “efeitos” que assim se causam?

Por último, espero que ao falar de “teologia da recepção” tenha conseguido evitar a impressão, que Luís do Monte Carmelo certamente subcreveria, de que estas eram apenas utilizações pouco cultas, ou “rústicas”, dos textos. Bem pelo contrário, as duas tradições que se confrontaram na Real Mesa Censória (e o meio termo entre ambas que, de certa forma, saiu vitorioso) eram ambas visões sofisticadas da palavra dita ou escrita. Harold Bloom propôs delas, em *A Map of Misreading*, uma cartografia particularmente afortunada, ao dividi-las sob dois termos: *logos* e *davhar*⁴¹. Ao *logos*

³⁹ Refiro-me a todo o trabalho de renovação da história do livro e da leitura protagonizado por Roger Chartier. Para estes pontos em particular, ver: *As Utilizações do Objecto Impresso*, Lisboa, Difel, 1998 e *A Ordem dos Livros*, Lisboa, Vega, 1997. André Belo, *História & Livro e Leitura*, Belo Horizonte, Autêntica, 2002, fornece um excelente resumo da evolução deste debate.

⁴⁰ Ver acima, os comentários às censuras de Francisco de Sá e Francisco Xavier de Santana.

⁴¹ Harold Bloom, *A Map of Misreading*, Oxford, Oxford University Press, 1975 [2ª ed. 1980].

pertencem a lógica, Platão, os Rabinos e Sto. Agostinho. À davhar [palavra, em hebraico] pertencem a retórica, os sofistas, os cabalistas e os gnósticos – de certa forma vindicados pelo Wittgenstein das Investigações Filosóficas (“...o sentido de uma palavra é o seu uso na linguagem...”⁴²). Esta deslocação, operada a partir do sentido do texto para o que fazemos efectivamente com o texto recorda a distinção de J. L. Austin entre as asserções declarativas e as performativas⁴³ a que H. P. Grice se referiu nestes termos]: “a teoria performativa da linguagem [speech-act theory] constitui uma introdução às problemáticas da linguagem não enquanto estrutura transcendental mas enquanto comportamento social humano”⁴⁴. Resta perguntar que tipo de asserção é uma oração como a de Santa Bárbara – a qual, não possuindo nenhuma das palavras-chave das frases performativas (“prometo”, “juro”, etc.), pretende no entanto afastar efectivamente as tempestades? Aquilo de que precisamos agora é de uma pragmática da superstição.

⁴² Cf. *Investigações filosóficas* [edição citada], §43.

⁴³ Cf. J.L. Austin, *How to do things with words*, Oxford, Oxford University Press, 1962; Stanley Fish, “How to do things with Austin and Searle” in *Is There a Text in this Class? The Authority of Interpretive Communities*, Cambridge MA, Harvard University Press, 1980. John Searle, “Speech Acts” – ver a excelente recolha deste e de outros textos em Heimir Geirsson & Michael Losonsky [eds.], *Readings in Language and Mind*, Oxford & Cambridge MA, Blackwell, 1996.

⁴⁴ H.P. Grice, “Logic and conversation”: “... *speech-act theory is an inroad into the problematics of language not as transcendental structure but as human social behaviour*”, e continua, considerando-a “... *a persuasive method, alternative to mainstream linguistics (Plato – Augustine – Saussure – Chomsky)*”. Cf. Geirsson & Losonsky, *Op. cit.*, pp. 121-133.